



## Interseccionalidade, Gênero, Raça e Colonialidade: Um Ensaio sobre o Empoderamento das Mulheres Pankararu

*Roberto Remígio Florêncio<sup>1</sup>; Maria Elizângela do Nascimento Pankararu<sup>2</sup>;  
Maria Aparecida da Conceição Truká<sup>3</sup>; Artenízia Luiza S. Pereira<sup>4</sup>*

**Resumo:** O presente manuscrito tem o objetivo de analisar a intrincada teia de relações de poder que moldam a experiência das mulheres Pankararu, investigando como as dimensões de gênero, raça e colonialidade se intersectam para influenciar os processos de empoderamento. Ao adotar uma postura crítica e engajada, almejamos compreender as particularidades dessa população, como essas categorias se cruzam para influenciar as experiências e os desafios enfrentados em batalhas e estratégias de resistência. A missão dos autores, indígenas e engajados com as causas dos povos originários, é contribuir para um debate mais amplo sobre justiça social e igualdade, buscando fortalecer a luta por direitos e o empoderamento das mulheres Pankararu. Acreditamos que, ao compreendermos as complexidades da interseccionalidade, podemos construir um futuro mais justo e igualitário para todas e todos.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Relações de Poder. Dimensões de Gênero.

<sup>1</sup> Doutor em Educação - UFBA; Professor Língua Portuguesa - IF Sertão - PE; Mestre em Educação e Cultura (UNEB); Licenciado em Letras (UPE), Pedagogia (UNEB) e Geografia (Unicesumar). betoremigio@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Aluna do Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB); Graduada em Letras (CESVASF); Especialista em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Pernambuco (2016); Liderança Pankararu reconhecida em Educação Escolar Indígena; professora da Escola Estadual Indígena Princesa Isabel. elizangela.pankararu@gmail.com;

<sup>3</sup> Aluna do Mestrado em Ecologia Humana (PPGECOH/UNEB); Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (1999); Licenciatura Intercultural Indígena Pela Universidade Federal (2018); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco; Professora da Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Indígena Capitão Dena, do Povo Truká. aparecida.truka@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestra e Doutoranda em Ecologia Humana, Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Licenciada em História, pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASF; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (CESVASF); Especialista em Culturas e História dos povos Indígenas (UFPE, campos Caruaru); Pesquisadora da História Truká; Professora efetiva da rede estadual de educação de Pernambuco, atuando na ETE Professora Maria Amélia de Freitas Araújo (Cabrobó-PE). artenzialuiza@gmail.com.

## **Intersectionality, Gender, Race, and Coloniality: An Essay on the Empowerment of Pankararu Women**

**Abstract:** This manuscript aims to analyze the intricate web of power relations that shape the experience of Pankararu women, investigating how the dimensions of gender, race, and coloniality intersect to influence empowerment processes. By adopting a critical and engaged stance, we seek to understand the particularities of this population, how these categories intersect to influence the experiences and challenges faced in battles and strategies of resistance. The mission of the authors, Indigenous people engaged with the causes of native peoples, is to contribute to a broader debate on social justice and equality, seeking to strengthen the struggle for rights and the empowerment of Pankararu women. We believe that by understanding the complexities of intersectionality, we can build a more just and egalitarian future for everyone.

**Keywords:** Indigenous Peoples. Power Relations. Gender Dimensions.

## **Interseccionalidad, Género, Raza y Colonialidad: Un Ensayo sobre el Empoderamiento de las Mujeres Pankararu**

**Resumen:** Este manuscrito busca analizar la intrincada red de relaciones de poder que configura la experiencia de las mujeres Pankararu, investigando cómo las dimensiones de género, raza y colonialidad se intersectan para influir en los procesos de empoderamiento. Desde una perspectiva crítica y comprometida, buscamos comprender las particularidades de esta población y cómo estas categorías se intersectan para influir en las experiencias y los desafíos que enfrentan en las luchas y estrategias de resistencia. La misión de las autoras, personas indígenas comprometidas con las causas de los pueblos originarios, es contribuir a un debate más amplio sobre la justicia social y la igualdad, buscando fortalecer la lucha por los derechos y el empoderamiento de las mujeres Pankararu. Creemos que, al comprender las complejidades de la interseccionalidad, podemos construir un futuro más justo e igualitario para todas las personas.

**Palabras clave:** Pueblos indígenas. Relaciones de poder. Dimensiones de género.

### **Introdução**

Ao analisar a interseccionalidade nas dimensões de gênero, raça e colonialidade, focando nas relações de poder e no processo de empoderamento das mulheres Pankararu, é preciso situar o povo indígena na dimensão tempo-espacial do sertão pernambucano, região de caatinga, dominada por colonos e latifundiários, endossados pelos governos imperiais e nacionalistas dos séculos passados, como afirmam Florêncio e Abib (2022a).

A discussão aqui externada baseia-se em artigos científicos encontrados em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em estudos de gênero, raça e povos indígenas. A busca foi direcionada por descritores como "interseccionalidade", "gênero", "raça", "colonialidade", "mulheres indígenas" e "Pankararu", combinados de diferentes formas para ampliar o espectro de resultados.

No Brasil, a questão indígena é frequentemente marginalizada e invisibilizada, relegada a um segundo plano nas discussões sobre direitos e cidadania. Dentro desse contexto, este ensaio tem como objetivo analisar a complexa teia de relações entre interseccionalidade, dimensões de gênero, raça e colonialidade, e como estas se manifestam nas relações de poder e no processo de empoderamento das mulheres Pankararu, povo originário do sertão pernambucano, na região denominada de RAO (Região de Abrangência do Opará, ao se direcionar ao Rio São Francisco), por Florêncio e Abib (2022b).

Neste lugar onde o sol castiga e a memória ancestral pulsa forte, guardião de tradições e saberes milenares, as mulheres indígenas enfrentam desafios ainda maiores, marcados pela discriminação de gênero, raça e etnia. As mulheres Pankararu, em particular, carregam o peso da história colonial, do racismo estrutural e da violência patriarcal, mas também demonstram uma força e resiliência admiráveis na defesa dos direitos e da cultura.

A abordagem interseccional, conforme defendida por Crenshaw (1989), permite uma compreensão mais aprofundada das múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e afetam de maneira singular a vida dessas mulheres.

Entrelaçada à nossa história, encontramos a luta constante das mulheres, que enfrentam desafios complexos, marcados por desigualdades de gênero, racismo estrutural e os legados persistentes da colonização. Busca-se, assim, desvendar como a sobreposição de opressões históricas e contemporâneas molda a experiência dessas mulheres, ao mesmo tempo em que se investiga as estratégias de resistência e luta por autonomia, o que denominamos dimensões de gênero. A voz das mulheres Pankararu ecoa forte, carregada de histórias de resistência e luta. Afinal, "é no cruzamento das opressões que a gente se encontra", como diz bell Hooks (1981; 2013), e é nesse encontro que reside a força para subverter a ordem imposta.

O presente ensaio se propõe a mergulhar nas profundezas dessa realidade, buscando compreender como a interseccionalidade – a sobreposição e interconexão de diferentes formas de discriminação – molda vidas e caminhos rumo ao empoderamento.

Para compreendermos a complexidade dessas experiências, é fundamental lançarmos um olhar interseccional, que considere as múltiplas dimensões que moldam as vidas. Afinal,

ser mulher, indígena e suburbana no Brasil atual acarreta encarar dificuldades exclusivas que não podem ser compreendidas através de uma única lente.

A interseccionalidade, entendida como a imbricação (estabelece uma ligação estreita) de diferentes sistemas de opressão, como gênero, raça e classe social, é uma ferramenta analítica essencial para compreendermos as relações de poder que permeiam a vida das mulheres Pankararu. A colonialidade, por sua vez, como um padrão de poder que emerge da experiência colonial moderna, continua a moldar as estruturas sociais e as relações de poder no Brasil, perpetuando desigualdades e marginalizando grupos minoritários.

A discussão sobre interseccionalidade, especialmente nas dimensões de gêneros, raça e colonialidade, é fundamental para compreender as complexas relações de poder que permeiam a vida das mulheres Pankararu. Essas mulheres, que habitam a região do Nordeste brasileiro, enfrentam desafios multifacetados que não podem ser analisados de forma isolada. A interseccionalidade nos oferece uma lente crítica para entender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e impactam o empoderamento feminino.

As relações de poder na sociedade brasileira são historicamente marcadas por uma hierarquia racial e de gênero que marginaliza as vozes indígenas. As mulheres Pankararu, em particular, vivem a intersecção dessas opressões: são simultaneamente afetadas pela discriminação de gênero e pelo patriarcado, produzido e intensificado pela colonialidade. Isso significa que, além de lutarem contra as expectativas sociais impostas às mulheres, precisam também enfrentar a desvalorização da cultura ancestral, identidade que muitas vezes vem carregada de um machismo operacionado pela imposição da cultura dominante.

A colonialidade, por sua vez, perpetua um sistema que deslegitima saberes e práticas das comunidades indígenas. Nesse contexto, o empoderamento das mulheres Pankararu exige não apenas a luta por igualdade de gênero, mas também o reconhecimento e a valorização das identidades culturais. O fortalecimento de vozes femininas indígenas é crucial para a construção de uma sociedade mais justa.

É vital que as políticas públicas e as iniciativas de empoderamento levem em conta essa interseccionalidade. Ignorar as nuances das experiências das mulheres Pankararu é perpetuar a opressão. É imprescindível que as ações não sejam apenas reativas, mas que promovam um diálogo contínuo e respeitoso com as comunidades, reconhecendo suas realidades e necessidades específicas. Portanto, analisar a intrincada relação entre interseccionalidade, dimensões de gênero, raça e colonialidade, focando no processo de empoderamento das mulheres Pankararu, torna-se inevitável para a sociedade do século atual, pois, segundo

Crenshaw (1989; 2002), a abordagem interseccional permite uma compreensão aprofundada das múltiplas formas de opressão que afetam de maneira singular a vida das mulheres.

### **Gênero, Raça e Colonialidade: Um Mosaico de Desigualdades**

A condição da mulher Pankararu não pode ser compreendida de forma isolada. É preciso lançar luz sobre a rede de opressões que a atravessam. O gênero, como construção social, impõe papéis e expectativas que frequentemente limitam oportunidades e restringem a autonomia. A raça, por sua vez, carrega o peso de séculos de discriminação e marginalização, ecoando em estereótipos e preconceitos que afetam a autoestima e as perspectivas de futuro. E a colonialidade, como herança amarga da dominação europeia, perpetua relações de poder desiguais, que se manifestam na exploração dos recursos naturais, na desvalorização da cultura ancestral e na negação de identidades e saberes.

A questão de gênero, no contexto das mulheres Pankararu, não pode ser dissociada da identidade racial, porém, existe a herança colonial que moldou/molda as experiências e os contextos. Dados demográficos recentes (IBGE, 2022) mostram que mulheres indígenas, em geral, enfrentam maiores desafios socioeconômicos em comparação com homens indígenas e mulheres não indígenas. Essa desigualdade é, em grande parte, resultado de um sistema patriarcal e racista que historicamente marginalizou e silenciou as vozes indígenas, em especial, femininas.

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, apresenta particularidades da população indígena brasileira, com ênfase nas mulheres Pankararu, quebrando o espelho das estatísticas nacionais. A análise interseccional, como proposta por Crenshaw (1989), revela que gênero, raça e etnia se entrelaçam para moldar experiências únicas, e no caso das mulheres Pankararu, essa intersecção se manifesta com maior intensidade.

As mulheres, entre os povos indígenas no Brasil do século XXI, são maioria. Em 2022, a proporção era de 100 mulheres para cada 97 homens, e esse índice lança luz sobre dinâmicas sociais e culturais específicas, como ressalta González (1984) ao discutir o conceito de "América Ladina", que valoriza a matriz indígena e africana na formação da identidade brasileira.

A distribuição geográfica também apresenta nuances importantes. As mulheres indígenas, incluindo as Pankararu, tendem a migrar para áreas urbanas fora das terras indígenas em busca de melhores condições de vida, enquanto os homens permanecem mais

frequentemente nos territórios demarcados, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Essa migração, impulsionada pela falta de saneamento básico e oportunidades nas aldeias, ecoa as reflexões de Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder, que perpetua desigualdades e marginaliza grupos étnicos minoritários. No caso das mulheres Pankararu, a colonialidade se manifesta na discriminação racial, na expropriação de terras e na imposição de valores culturais externos que desvalorizam os conhecimentos tradicionais. A colonialidade, conceito central na teoria de Quijano (2005), busca manter as relações de poder desiguais, mesmo após a independência formal das colônias e o avanço das tecnologias. Ou seja, a colonização permite o status quo dos dominadores sobre os povos dominados ainda que estes produzam bens, matéria-prima e conhecimentos suficientes para sobreviverem sem o imperialismo.

### **Gênero, Raça e Colonialidade: Um Tripé de Desigualdades**

A colonialidade vem moldando as estruturas de poder globais, estabelecendo hierarquias raciais e de gênero que reverberam até os dias atuais. As mulheres indígenas, portanto, são duplamente marginalizadas: pelo racismo estrutural que as inferioriza em relação à população branca e pelas normas de gênero que, muitas vezes, as subjagam dentro de suas próprias comunidades.

A colonialidade, como analisa Quijano (2005), nos ajuda a entender como as estruturas de poder coloniais persistem mesmo após a independência política dos países da América Latina e diversos avanços na contramão da colonização so saber. O modelo de opressão imposto pelos dominadores ainda se manifesta nas organizações indígenas e o machismo continua estruturante em diversos espaços e instituições, inclusive nas comunidades indígenas da Região de Abrangência do Opará. As mulheres se esforçam para romper com essa hierarquia, mas, ao se libertarem da opressão do homem branco, muitas vezes acabam caindo em um sistema opressor liderado pelos próprios indígenas. Ainda mais, no Brasil, a colonialidade se manifesta no racismo estrutural, na exploração dos recursos naturais e na negação da cultura e dos saberes indígenas.

A colonialidade, como bem pontua Quijano (2005), não se restringe ao período histórico da colonização, mas se perpetua nas estruturas de poder, nos padrões culturais e nas relações sociais contemporâneas. No contexto Pankararu, a colonialidade se manifesta na expropriação das terras, na violência física e simbólica, na imposição de valores e costumes alheios à cultura indígena, e na discriminação racial. Essa herança colonial se entrelaça com as desigualdades de

gênero, que relegam as mulheres a papéis subalternos na sociedade, e com o racismo, que as inferioriza e marginaliza.

### **Desafios e Perspectivas: O Contexto Pankararu**

O Censo Demográfico de 2022 representa um marco na compreensão da diversidade e complexidade da população indígena brasileira. Ao fornecer dados detalhados sobre características demográficas, sociais e culturais, o Censo permite que pesquisadores, formuladores de políticas públicas e a sociedade em geral reflitam sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam para as mulheres Pankararu e outros povos indígenas no Brasil. A região Nordeste, onde se localiza a Terra Indígena Pankararu, apresenta uma das menores razões de sexo para a população indígena, com 92,93 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2022), o que pode indicar maiores taxas de mortalidade masculina ou migração para outras regiões. Apesar da força e da resiliência, as mulheres Pankararu enfrentam inúmeros desafios, desde a falta de acesso a serviços básicos até a discriminação racial e de gênero.

As relações de poder, interlaçado de forma complexas nas dimensões de gênero, raça e colonialidade, se manifestam de diversas formas na vida das mulheres Pankararu. No âmbito familiar, podem se expressar em divisões desiguais do trabalho, em restrições à participação nas decisões e em casos de violência doméstica. Na esfera comunitária, podem se traduzir em menor acesso a cargos de liderança, em invisibilidade em espaços de debate e em desvalorização dos conhecimentos tradicionais. No contexto social mais amplo, podem se refletir em discriminação no mercado de trabalho, em dificuldades de acesso à educação e à saúde e em marginalização política.

Entretanto, as mulheres Pankararu não são meras vítimas dessas relações de poder. Através das práticas culturais, das organizações comunitárias e da atuação política, as mulheres Pankararu desafiam as estruturas de opressão e constroem caminhos de empoderamento, pois as relações de poder nas comunidades Pankararu são complexas e multifacetadas. As mulheres, historicamente, ocupam papel central na organização social, na transmissão da cultura e na produção de alimentos. No entanto, ainda que a influência do patriarcado e do machismo limite o acesso feminino a cargos de liderança e outras oportunidades de desenvolvimento.

Apesar dos desafios, as mulheres Pankararu precisam ser destacadas na luta pelos direitos indígenas e pelo reconhecimento da identidade ancestral, pois são guardiãs da cultura e dos saberes tradicionais. O empoderamento dessas mulheres passa pela valorização desses

saberes, pelo fortalecimento da autonomia, marcada pela organização da Educação Escolar Indígena (Florêncio e Abib, 2022b) e pela construção de alianças com outros grupos sociais.

Autoras como Carla Akotirene e Lélia Gonzalez (1984) oferecem importantes contribuições para a análise das relações de poder e das estratégias de resistência das mulheres negras e indígenas no Brasil. Os estudos de Rita Segato (2021) sobre gênero e colonialidade também se mostram relevantes para compreendermos como as estruturas de dominação patriarcal se articulam com a exploração colonial. As pesquisas dessas autoras nos ajudam a valorizar os saberes ancestrais das mulheres Pankararu e a construir um conhecimento mais plural e inclusivo.

Embora existam diversos estudos sobre gênero e raça no Brasil, poucos se dedicam a analisar a situação específica das mulheres indígenas sob uma perspectiva interseccional. Coutinho (2018), em sua pesquisa sobre mulheres indígenas no Nordeste, destaca a importância de considerar a dimensão da colonialidade para compreender as desigualdades que enfrentam. No entanto, sua análise não aprofunda a questão do empoderamento em termos práticos. Discordante da visão de Almeida (2019), que enfatiza a importância da luta de classes como principal motor da transformação social. Embora reconheçamos a relevância da questão de classe, acreditamos que a interseccionalidade oferece uma perspectiva mais abrangente e que permite considerar as particularidades das experiências das mulheres Pankararu.

A análise interseccional revela como o gênero, a raça e a colonialidade se manifestam de forma específica na vida das mulheres Pankararu. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, muitas vezes relega a mulher a papéis subalternos dentro da comunidade, enquanto o racismo e a discriminação racial as marginalizam no acesso a serviços públicos e oportunidades de emprego. A colonialidade, por sua vez, se manifesta na expropriação de nossas terras, na imposição de valores culturais externos e na desvalorização dos conhecimentos tradicionais.

No entanto, as mulheres Pankararu não são vítimas passivas dessas opressões. Ao contrário, percebe-se uma organização que tem lutado por direitos, buscando fortalecer a identidade cultural, garantir o acesso à terra e aos recursos naturais, e promover a igualdade de gênero dentro e fora da comunidade. O processo de empoderamento dessas mulheres passa, portanto, pela valorização dos conhecimentos tradicionais, pelo fortalecimento de nossa organização política e pela construção de alianças com outros grupos sociais.

## **Interseccionalidade: Um Olhar Complexo sobre a Realidade**

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989; 2002), nos oferece uma ferramenta teórica fundamental para compreendermos como diferentes formas de opressão se sobrepõem e se interconectam, criando experiências únicas e complexas para cada indivíduo. Surge como ferramenta analítica crucial para compreendermos as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam na vida de mulheres que ocupam posições marginalizadas na sociedade. No caso das mulheres Pankararu, essa abordagem se torna ainda mais relevante, pois elas enfrentam discriminações de gênero, raça e classe, além dos efeitos persistentes do colonialismo. A interseção entre gênero, raça e colonialidade resulta em uma realidade marcada por múltiplas formas de discriminação e exclusão. Não se trata, portanto, de somar as opressões, mas de compreender como elas se articulam e se retroalimentam, criando um sistema de dominação complexo e multifacetado.

Através da organização coletiva, da participação política e da valorização dos saberes indígenas, um caminho de empoderamento que desafia as estruturas de poder e colonial. Como bem expressa Lélia Gonzalez (1984), "o feminismo negro é uma resposta à necessidade de construir uma identidade política que dê conta das especificidades da experiência da mulher negra na América Latina". É nessa construção que as mulheres Pankararu encontram a força para transformar a própria realidade. A interseccionalidade, portanto, se configura como uma ferramenta indispensável para a análise das relações de poder e do processo de empoderamento das mulheres Pankararu. Ao reconhecermos as múltiplas formas de opressão que enfrentamos, podemos construir estratégias mais eficazes para promover a igualdade de gênero, a justiça racial e a descolonização do saber. É crucial que a academia e os movimentos sociais se unam para dar visibilidade às vozes das mulheres indígenas e para fortalecer nossas lutas por um futuro mais justo e igualitário.

O empoderamento das mulheres Pankararu não pode ser compreendido como um processo linear e homogêneo, mas como um processo complexo e multifacetado, que se manifesta de diferentes formas, em diferentes contextos e em diferentes momentos de nossas vidas, que envolve a conquista de autonomia econômica, participação política, fortalecimento da identidade cultural, acesso à educação e à saúde e o combate a todas as formas de violência. Não se trata apenas de garantir o acesso à educação ou ao mercado de trabalho, mas também de fortalecer a identidade cultural, valorizar os conhecimentos ancestrais e promover a participação política em espaços de decisão.

Para que esse empoderamento seja efetivo e duradouro, é fundamental que se leve em conta a interseccionalidade das opressões que as afetam. É preciso reconhecer que as mulheres Pankararu não são apenas mulheres, nem apenas indígenas, nem apenas pobres. Elas são tudo isso ao mesmo tempo e suas experiências são moldadas pela intersecção dessas diferentes dimensões de exclusão.

A autodeterminação dos povos indígenas, incluindo o direito das mulheres Pankararu de decidirem sobre seus próprios corpos e suas próprias vidas, é um princípio fundamental que não pode ser relativizado ou contestado. A Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas garantem esse direito, que deve ser respeitado e promovido em todas as esferas da sociedade.

A análise da interseccionalidade nas dimensões de gênero, raça e colonialidade nas relações de poder e no processo de empoderamento das mulheres Pankararu revela a complexidade e a urgência de se combater as desigualdades e as opressões que afetam esse grupo e de repensarmos as estruturas sociais e políticas que perpetuam a desigualdade e a discriminação. É essencial reconhecer a singularidade da experiência dessas mulheres, valorizar sua cultura e seus saberes. Como nos ensina Conceição Evaristo (2014), "a escrita de si é uma forma de resistência e de empoderamento". E é através da escrita, da fala e da ação que as mulheres Pankararu constroem um futuro mais justo e igualitário para si e para as futuras gerações. É fundamental que a sociedade brasileira conheça a importância da cultura e dos saberes indígenas, e que se comprometa com a construção de um futuro mais equitativo e social para todos. A luta das mulheres Pankararu precisa ser uma inspiração, e esse exemplo nos mostra que é possível construir um mundo onde a diversidade seja valorizada e os direitos humanos sejam respeitados.

Ao reconhecermos a complexidade de nossas experiências e as múltiplas formas de opressão que enfrentam, podemos construir estratégias mais eficazes para promover a igualdade e a justiça social. A luta das mulheres Pankararu é um exemplo inspirador de resistência e esperança, que nos convida a repensar as estruturas de poder e a construir um futuro mais justo e igualitário para todos e todas.

É fundamental reconhecermos que a luta por direitos e equidade está profundamente enraizada em nossas identidades culturais e em nossas experiências históricas. A interseccionalidade, portanto, não é apenas uma teoria, mas uma ferramenta prática que permite entender e articular as diversas formas de opressão que essas mulheres enfrentam. Em suma, o empoderamento das mulheres Pankararu é um processo complexo que exige uma abordagem

interseccional e sensível às nossas particularidades. É preciso reconhecer as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e afetam vidas.

A análise interseccional, aliada aos dados do Censo 2022, revela a urgência de se promover políticas públicas que combatam a discriminação racial e de gênero, garantam o acesso a serviços básicos e fortaleçam a autonomia e o empoderamento das mulheres Pankararu. Afinal, como nos lembra bell hooks (1981), a libertação de um grupo oprimido depende da libertação de todos.

Logo, investir em políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e racial, o acesso à educação e à saúde, e o fortalecimento da identidade cultural das mulheres Pankararu é fundamental para garantir nosso empoderamento e o respeito aos direitos básicos.

É imprescindível afirmar que o tema da interseccionalidade nas vidas das mulheres Pankararu merece ser mais explorado. Precisamos abrir a discussão e fomentar o debate sobre como as relações de poder são estruturadas e como podemos trabalhar para transformá-las. A ideia de que a opressão é multifacetada e exige uma abordagem integrada e inclusiva é inegável. Essa perspectiva permite que as vozes das mulheres Pankararu sejam ouvidas e respeitadas, promovendo um empoderamento real e efetivo. De fato, a interseccionalidade é uma chave para compreendermos as dinâmicas sociais contemporâneas e, especialmente, a luta das mulheres Pankararu por justiça e igualdade.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.

COUTINHO, Luciana Macedo. *Mulheres indígenas no Nordeste: gênero, raça e colonialidade*. Salvador: EDUFBA, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em discriminação racial contra a mulher*. Estudos Feministas 10.1: 2002, 171-188.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers (2022a). Os povos indígenas do Opará e a Educação Intercultural: uma etnografia crítica. *Espaço Ameríndio*. Vol. 16, número 1, 2022.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers (2022b). Formação de Professores e Pesquisadores indígenas da Região de Abrangência do Opará. *Revista ID On line – multidisciplinar*. Vol. 22, número 1, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional* 8 (1988): 133-142.

GONZÁLEZ, Lélia; Carla Akotirene. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, vol. 2, 1984, pp. 22-34.

HOOKS, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. South End Press, 1981.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

SEGATO, Rita. *Crítica à colonialidade*. Bazar do tempo: São Paulo, 2021.

•

Recebido: 12/02/2026; Aceito: 06/03/2026; Publicado: 31/05/2026